

# Para Britto, foco é questão tributária

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília

Apesar de descartar uma política de governadores, em favor de "conversas sempre que for necessário", Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, admitiu ontem que um tema poderia mobilizar todos os governadores para um grande debate constitucional: o das reformas constitucionais.

Em Brasília para uma verdadeira maratona no Palácio do Planalto e nos ministérios - especialmente o do Planejamento, responsável pelo orçamento da União -, Britto opinou que o grande nó das reformas é a questão tributária. Segundo ele, até a polêmica discussão sobre as mudanças na Previdência Social já caminha para o consenso, faltan-

do apenas acertar os números finais. Mas a reforma tributária não avançou.

"Precisamos concentrar energia na reforma tributária. Toda a reforma constitucional depende dela. Os monopólios são inegociáveis e cada um vai votar de acordo com o que acredita. A Previdência já está negociada. Então, o que falta é a tributária, que pode explodir tudo", disse Britto, durante café da manhã com jornalistas.

Ele lembrou que na tentativa de constituinte havia cinco projetos e nenhum deles evoluiu por incapacidade absoluta de acordo. Teme que, agora, repita-se o mesmo. "O governo precisa ter um projeto seu, que sirva como ímã, como polarizador", defendeu.

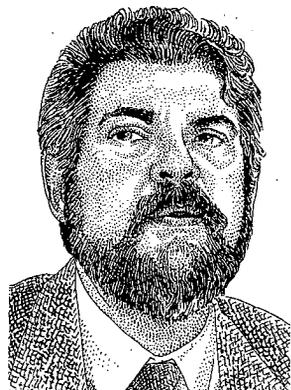
Um exemplo que ele deu

da falta de consenso é quanto ao fim do imposto de exportação. Todo mundo é a favor, em tese, para impulsionar a economia, gerar empregos e divisas. Mas, na hora de sentar à mesa de negociação, os governos dos estados exportadores imediatamente começam a reclamar. Uma das formas de compensação, sobre a qual Britto conversou informalmente com o ministro do Planejamento, José Serra, seria um repasse correspondente, seja do Imposto de Renda, seja do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Mas isso não está certo na proposta governista.

Segundo Britto, a perda dos estados exportadores com o fim do imposto da exportação pode chegar a cifras em torno de US\$ 2 bilhões por ano. Só no seu estado, o Rio Grande do Sul, seriam US\$ 200 milhões. Em outros, como o Pará, governado pelo tucano Almir Gabriel, seria ainda mais dramático. "Iria quebrar o estado", imagina o gaúcho.

## FUSÃO

Britto, que acaba de obter da Assembléia Legislativa a aprovação do fim das oito estatais, não vê com simpatia a privatização dos bancos oficiais gaúchos. No máximo, poderia pensar na fusão do Banrisul com a Caixa Estadual. "É preciso não associar banco estadual



Antônio Britto

como necessariamente fonte de safadeza. Além disso, nenhum banco privado cumpriria a função de financiar a política agrícola, as pequenas empresas, os projetos de habitação, os pequenos poupadores", disse, em defesa da função social dos bancos estaduais, como o Banrisul.

"O que não pode é ter três bancos oficiais concorrendo entre si na mesma região ou município. Mas é preciso manter quem possa financiar, por exemplo, a instalação de energia elétrica para as 120 mil famílias que ainda hoje, às vésperas do ano 2000, vivem à luz de lampião num dos estados mais desenvolvidos do País. E não vai ser um banco privado que irá fazê-lo", exemplificou o governador.